

Quando a questão de Timor saiu da órbita de Jacarta, devido à decisão do Parlamento indonésio em desanexar aquele território, por efeito do resultado do referendo de 30 de Agosto de 1999, o Governo australiano de John Howard, através do Department of Foreign Affairs and Trade, julgou chegado o momento de esclarecer a posição do seu país num processo indigno que se arrastou por vinte e quatro anos. Ao longo deste período não faltaram, nos planos interno e externo, as críticas a Camberra pela cumplicidade revelada em relação à invasão e ocupação de Timor. A percepção indonésia, logo no início do processo, de que os sucessivos governos australianos jamais denunciariam os actos brutais praticados no território pelos militares indonésios, permitiu a Jacarta proceder de acordo com a regra de que os fins justificam os meios. Por isso, para os generais indonésios, o respeito pelos direitos humanos tinha um valor mínimo.

Felizmente, o povo timorense, embora à custa de humilhações sem conta e de muito derramamento de sangue, conseguiu alcançar o dia em que lhe foi possível, com o apoio e a vigilância da comunidade internacional, decidir o seu próprio destino. A opção inequívoca pela independência apenas confirmava inúmeros gestos de recusa de entrega às forças de ocupação. Simultaneamente, a sua escolha punha a descoberto todos aqueles que, insensíveis à vontade de um povo pobre mas com direito à sua dignidade, embarcaram nos argumentos de conveniência da Indonésia. Não era só a brutalidade dos militares indonésios que esmagava Timor. Também o sistemático silêncio daqueles que se diziam defensores do respeito pelo ser humano contribuía para que esse esmagamento fosse ainda mais sentido. Para os timorenses, a luta não podia ser mais desigual.

Ao publicar, em Setembro de 2000, o *Livro Branco* sobre Timor, com a divulgação de centenas de documentos diplomáticos ainda abrangidos pelo período de classificação, era a honra da nação australiana que era preciso resgatar. No prefácio da obra, o responsável pela sua edição, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Alexander Downer, mostra-se convicto que ela ajudará a uma maior compreensão do desenvolvimento da política externa de Camberra durante aquele período crítico da história diplomática australiana. Ao fim e ao cabo, ao dar-se a conhecer publicamente o

controverso comportamento dos governantes australianos, mais não se está a dizer que cada um dos directamente envolvidos responda agora pelas decisões ou atitudes que tomou. Alguns dos visados não deixaram de reagir prontamente.

A mudança de regime em Lisboa

Numa das primeiras análises feitas no Ministério dos Negócios Estrangeiros, em Camberra, às consequências para Timor da mudança de regime em Lisboa, em 25 de Abril, concluía-se que o território não tinha viabilidade económica e, dada a ausência de uma elite política local, muito dificilmente teria capacidade para, no curto prazo, constituir um governo próprio ou, inclusivamente, aceder à independência. «O desenvolvimento lógico, a longo prazo, será tornar-se parte da Indonésia»¹, sublinhava-se. Uma leitura bem diferente da que fora feita nos anos 60, quando o primeiro-ministro Robert Menzies, a propósito da questão de Timor, escreveu a Salazar para lhe recomendar a resolução do problema ultramarino. Desta vez, e para que não se visse uma contradição no novo entendimento da situação timorense, os diplomatas australianos observavam que era necessário fazer uma distinção entre o estatuto dos territórios portugueses em África e o de Timor.

Entre indonésios e australianos, a primeira abordagem sobre o destino do território ocorreu no dia 22 de Maio de 1974. Satari, um indonésio ligado aos serviços secretos BAKIN, transmitia a Jan Arriens, da Embaixada da Austrália, o ponto de vista do seu país: a Indonésia não desejava aparecer como expansionista, mas não escondia que a sua preferência iria para uma eventual incorporação de Timor, se tal pudesse ser conseguido sem qualquer reflexo negativo para Jacarta. Nesta altura, em Lisboa, por contraste com a aparente convergência dos dois países vizinhos, a aplicação do programa de descolonização era motivo de cerrada luta nas instâncias do poder. Enquanto o Presidente da República, general António de Spínola, era favorável à formação de assembleias constituintes, como primeiro passo no processo de autodeterminação, o Movimento das Forças Armadas (MFA)

preconizava a entrega directa do governo das províncias ultramarinas aos respectivos movimentos de libertação. Spínola acabou por ceder.

No que dizia respeito a Timor, a situação revestia-se de alguma complexidade. Por um lado, não se produzira, antes de 25 de Abril, nenhum movimento reivindicativo da independência do território, como nas províncias de África; por outro, Lisboa não prescindia da opinião de Jacarta para orientar o rumo a dar a Timor, porque não podia ignorar os condicionalismos decorrentes da proximidade da Indonésia. Quando se criaram as primeiras associações políticas no território, os indonésios foram, de algum modo, incentivados pela parte portuguesa a apoiar o aparecimento de um agrupamento que se identificasse com a defesa dos seus interesses. Entendia-se que, dessa maneira, se sossegava o regime de Jacarta quanto às preocupações que lhe provocara as possíveis consequências da revolução portuguesa para o território.

Mas Suharto e os seus generais não se mostravam seguros do que poderia significar a nova situação em Timor para a estabilidade da Indonésia, em constante sobressalto com problemas de separatismo. Além disso, temiam que, dada a radicalização à esquerda do regime português, o território fosse cobiçado por chineses ou soviéticos, nos seus esforços para aumentarem a influência no Sudeste Asiático. Tanto Pequim como Moscovo ajudavam na região movimentos de insurgência comunista, bastante incentivados pela derrota recente dos Estados Unidos na Península da Indochina. Nos cenários mais pessimistas elaborados em Jacarta, Timor reunia condições para se converter num centro de agitação, uma vez que os portugueses começavam a perder o controlo dos acontecimentos no território.

A intranquilidade indonésia causada pela crescente perturbação política em Timor levava Jacarta a uma nova atitude no início de Julho. Além da contestação à continuidade do governador e comandante militar, coronel Fernando Alves Aldeia, nomeado pelo regime anterior, a tomada de posição partidária e reivindicativa dos militares metropolitanos constituía igualmente uma razão para sérias preocupações. Atentos ao que se passava no território, os indonésios decidiam, então, influenciar o destino de Timor. Harry Tjan, figura proeminente dos serviços secretos, a quem fora atribuído

o papel de correio de informação entre os militares indonésios e a Austrália, transmitia a Jan Arriens, em 2 de Julho, que tinha sido submetido à aprovação do Presidente Suharto um papel em que se recomendava a condução de uma operação clandestina em Timor, com o intuito de assegurar que o território optaria pela incorporação na Indonésia².

Esta revelação indonésia fez com que, numa carta classificada de *top secret* e enviada a Graham Feakes, responsável em Camberra pela Divisão da Ásia do Sul, o embaixador australiano em Jacarta, Robert Furlonger, alertasse para o seu significado. «A extrema franqueza de Tjan indica que os indonésios confiam em que os australianos não favoreçam, como eles, um Timor independente», referia Furlonger. Efectivamente, através da leitura dos documentos trocados entre Jacarta e Camberra, reproduzidos agora no *Livro Branco*, tornava-se notório que o Governo indonésio tivera o cuidado de passar praticamente toda a informação a Camberra, inclusive o início da ofensiva contra Timor, marcado para 15 de Outubro de 1975 por Balibó e Maliana/Atsabe.

A teia que os indonésios teciam para aprisionar a Austrália à lógica dos seus interesses não deixaria de produzir os almejados resultados. Desde logo, o distanciamento com que o Ministério dos Negócios Estrangeiros australiano tratou José Ramos Horta, então dirigente da Associação Social-Democrata Timorense, durante a primeira visita que um político de Timor efectua a Camberra, em meados de Julho de 1974. Ostensivamente, os australianos não queriam assumir qualquer compromisso que prejudicasse a sua relação com Jacarta. Num memorando enviado posteriormente a algumas embaixadas, entre elas Lisboa, para enquadrar a visita de Ramos Horta, Camberra repisava que Timor era uma «questão sensível» nas relações com a Indonésia³. Além disso, nessa altura, estava já em perspectiva a realização de um encontro entre o Presidente Suharto e o Primeiro-Ministro australiano Gough Whitlam, destinado precisamente a debater a questão de Timor.

Os cálculos estratégicos de Camberra

Antes de chegar esse dia, os australianos procederam a uma análise do seu «significado estratégico» para a Austrália. Ressaltaram como primeira preocupação a segurança das linhas de comunicação marítimas. Cerca de 96 por cento do volume do comércio entre a Austrália e o Japão passavam através dessa área. Na óptica de Camberra, um novo poder em Timor ficaria bem colocado para ameaçar não só uma rota vital mas também os recursos *off-shore* australianos. Uma nota mais: «Um importante objectivo da nossa política de defesa deverá ser garantir que nenhum país, para além da Indonésia, adquira uma posição em que possa exercer maior pressão sobre as linhas de comunicação marítimas ou os recursos *off-shore*»⁴. Por tudo isso, o maior receio para o Governo australiano era que um Estado independente no Timor português, essencialmente fraco, fosse vulnerável a pressões externas.

O encontro entre Suharto e Whitlam teve lugar no dia 6 de Setembro de 1974, em Yogyakarta. Segundo o relato de conversa dado a conhecer pelo *Livro Branco*, o Primeiro-Ministro australiano não deixou margem para dúvidas: ele acreditava que Timor deveria fazer parte da Indonésia⁵. A única condição que colocava era que esse processo acontecesse de acordo com a vontade expressa pelo povo timorense. Whitlam estava consciente de que a opinião pública do seu país era adversa ao regime indonésio. Suharto não se afastou da ideia do seu interlocutor. A Indonésia considerava-se comprometida com o exercício do direito dos timorenses à autodeterminação. Contudo, o Presidente indonésio não excluía que, se viesse a provar o seu desejo pela independência, tal aumentaria, certamente, as dificuldades.

A convergência de pontos de vista entre Suharto e Whitlam iria funcionar para os indonésios como um encorajamento a seguirem a via que julgassem mais consentânea com as suas preocupações. O sinal mais claro nesse sentido seria dado pelo general Ali Murtopo, um colaborador especial do presidente indonésio para os assuntos de Timor, quando visitou Lisboa, em meados de Outubro, para conversações com as autoridades portuguesas. Ao avistar-se, depois, com o embaixador australiano na capital portuguesa,

Frank Cooper, Murtopo confidenciaria que, até à visita de Whitlam, os indonésios estavam indecisos quanto à questão de Timor. «Contudo, o apoio do Primeiro-Ministro à ideia da incorporação na Indonésia tinha-os ajudado a cristalizar o seu próprio pensamento e agora estavam firmemente convencidos da correcção desta posição», terá ainda afirmado Ali Murtopo a Frank Cooper, consoante o relato do encontro transmitido em telegrama para Camberra⁶.

Com a renúncia do general Spínola da Presidência da República, em 30 de Setembro de 1974, a situação portuguesa é vista em Jacarta e Camberra como a caminho da radicalização à esquerda. Por isso, não daí a muito tempo, o regime indonésio endurecia a sua atitude em relação a Timor, como disso dá conta Harry Tjan a Jan Arriens, em 26 de Outubro⁷. A determinação da Indonésia para tomar Timor desenvolvera-se de forma quase irresistível e para tal terá contribuído um certo mal-entendido havido nas conversas entre indonésios e portugueses sobre o destino do território. O Governo de Jacarta irritara-se com o facto de se ter enganado na interpretação de uma alegada disponibilidade portuguesa para aceitar, como «lógica», a eventual integração de Timor na Indonésia.

Para se ter uma ideia da situação no território nessa altura, basta dizer que existia uma profunda dissidência, com repercussão pública, entre o Chefe de Estado-Maior do Comando Territorial e Independente de Timor (CEM/CTIT) e delegado local do MFA, major Arnão Metelo, e o encarregado de Governo e comandante militar, tenente-coronel Níveo Herdade. As divergências resultavam de concepções diferentes em relação à aplicação do programa do MFA em Timor. Por não ter ambiente que permitisse a sua permanência, o major Metelo foi chamado a Lisboa e, passado pouco tempo, viu a sua comissão dada por finda. Mas esse não era o único problema que afectava a vida no território. Os militares metropolitanos, praças e milicianos, desenvolviam intensa actividade reivindicativa, através de manifestações na via pública, com o intuito de forçar o seu regresso à Metrópole.

A atitude de desobediência das tropas não deixava de ter reflexos negativos no estado de espírito da população. Por um lado, aos seus olhos, tal significava o descrédito da autoridade; por outro, dava azo a que se ficasse

com a impressão de que Portugal se preparava para abandonar Timor. Como se isso não fosse suficiente, Lisboa não só continuava a demorar a nomeação de uma equipa governativa para o território, como tardava em estabelecer uma definição para o processo local de descolonização. Esta fragilidade evidenciada pela parte portuguesa haveria ainda de servir para facilitar o radicalismo da FRETILIN, que reclamava para si o mesmo papel dos movimentos de libertação nos outros territórios portugueses de África.

Numa nota escrita em 27 de Novembro para Graham Feakes, Mayne-Wilson, chefe do Departamento de Informação do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Austrália, fez três alertas respeitantes à situação timorense: em virtude da tendência esquerdista da FRETILIN, os indonésios podiam encontrar em tal posição um pretexto para intervir em Timor e, assim sendo, assistir-se-ia a um período desagradável nas relações entre a Austrália e a Indonésia⁸. Perante tal quadro, Mayne-Wilson entendia que Camberra deveria tomar a iniciativa de oferecer aos indonésios uma saída para o problema timorense. «Devemos convencê-los que eles podem viver com um Timor independente, se nós e eles tomarmos medidas para integrar economicamente o território na nossa região e ajudá-lo a tornar-se viável», sublinhava noutro passo.

Mas a Indonésia já tinha uma posição definida quanto ao que tencionava fazer com Timor e, com o decurso do tempo, procuraria as justificações necessárias para concretizar os seus objectivos. A formação de uma coligação entre a FRETILIN e a UDT, em 21 de Janeiro de 1975, era acompanhada da divulgação de um comunicado em que se apelava à independência total, se repudiava a APODETI e se rejeitava a integração noutra potência estrangeira. Portugal era reconhecido como único interlocutor. Jacarta não gostou do tom do comunicado, a avaliar pela reacção que Harry Tjan teve nos seus habituais contactos com os australianos. É a Robert Taylor, primeiro secretário na Embaixada da Austrália, que diz lhe parecer que a nota da coligação era «provocadoramente» anti-indonésia⁹.

Numa análise feita para o ministro australiano dos Negócios Estrangeiros, DonWillesee, um alto funcionário da Divisão Sudeste Asiático, Lance Joseph,

escrevia que «a ideia de que um Timor independente criaria uma ameaça intolerável para a segurança da Indonésia está profundamente gravada no espírito indonésio e será muito difícil eliminá-la»¹⁰. Para sustentar esta asserção, acrescentou que em Camberra se continuava a receber informação segundo a qual a Indonésia mantinha os planos de contingência para uma possível operação em Timor. Curiosamente, poucos dias depois, o categorizado jornalista Peter Hastings publicava no *Sydney Morning Herald* um artigo em que revelava que o Governo indonésio estava seriamente a considerar tomar aquele território. Para tanto, já tinha dado início aos preparativos militares com a realização de exercícios de tropas especiais em Java¹¹.

Não obstante este tipo de notícias, divulgadas rapidamente pela grande imprensa asiática, portugueses e indonésios faziam um esforço para manter um certo clima de confiança mútua. Delegações dos dois países encontraram-se em Londres, em 9 de Março de 1975, com a finalidade de tentar aproximar posições. Os representantes de Jacarta insistiram em que, para garantia da estabilidade na área, a solução realista seria a integração do território na Indonésia, enquanto a parte portuguesa fazia saber que Portugal não estava em condições de impor qualquer solução. No entanto, acrescentaria que nada faria para dificultar a integração de Timor na Indonésia, «cuja concretização depende da actividade deste país a dois níveis: auxílio à APODETI, que deve revestir-se de formas muito discretas e que Portugal não denunciará; e participação no desenvolvimento económico de Timor como testemunho de uma presença»¹².

No regresso a Jacarta, Lim Bian Kie, secretário privado do general Ali Murtopo, a quem coubera chefiar a delegação do seu país no encontro da capital inglesa, transmitia a diplomatas australianos alguns dos resultados das conversações com os portugueses. Em telegrama para Camberra, com carácter prioritário, era referido que, segundo Bian Kie, os portugueses teriam considerado que a melhor solução seria a integração de Timor na Indonésia¹³. Mas os acontecimentos políticos de 11 de Março de 1975 em Portugal, que conduziram ao reforço da esquerda comunista nos principais centros de decisão do país, iriam reacender a questão da confiança dos

indonésios em relação às autoridades portuguesas. A mudança política em Lisboa e a evolução em Timor seriam novamente objecto de análise entre indonésios e australianos, ao mais alto nível. Suharto e Whitlam voltavam a encontrar-se em 4 de Abril, em Townsville.

Um comentário de Richard Woolcott, novo embaixador da Austrália em Jacarta, sobre a cimeira entre aqueles dois estadistas colocaria o dedo no ponto mais sensível naquele momento e que poderia influenciar o desfecho do processo de Timor. Woolcott chamaria a atenção para as diferenças de interpretação entre os Governos de Lisboa e Jacarta sobre a forma de criar um destino ao território. Por isso, formularia uma advertência. «Se Portugal dá sinais de crescente instabilidade ou se a FRETILIN, como força dominante, se inclina mais para a esquerda, beneficiando do apoio de sectores da opinião pública australiana, então a situação ficará certamente mais difícil», preveniu.

Dividir para reinar

Os indonésios sentiram que tinham de fazer reverter rapidamente a seu favor a situação timorense. Recorreram ao método clássico de dividir para reinar. Nessa perspectiva, dirigentes da UDT eram convidados para encontros, em Jacarta, com os principais responsáveis pelo acompanhamento da questão de Timor. Como consequência directa do envolvimento indonésio, a UDT anunciava em 27 de Maio o rompimento da coligação com a FRETILIN, sob o pretexto de que este partido desrespeitava os princípios que serviram de base ao acordo entre as duas forças políticas. Em 2 de Junho, o embaixador Richard Woolcott descrevia para o ministro australiano dos Negócios Estrangeiros como era visto da capital indonésia o problema timorense. Depois de referir que em Jacarta se tinha consciência da falta de apoio em Timor ao partido pró-indonésio APODETI, Woolcott ressaltava que a anexação do território era um objectivo político da Indonésia a concretizar no final de 1975¹⁴.

Perante tantas divergências em Timor, a maior parte das vezes tingidas de radicalismo, Lisboa procurou retomar o controlo da situação ao organizar em Macau, em 26 de Junho de 1975, uma cimeira com os três partidos

timorenses. Mas a esperança portuguesa de se conseguir algum resultado que pudesse ser olhado como um avanço no processo de descolonização do território, depressa se desvaneceu. A FRETILIN recusava-se a tomar parte no encontro, devido à participação da APODETI, associação a que se opunha ferozmente. O entendimento a que se chegava em Macau tinha um prazo curto de validade. Uma grande manifestação da UDT em Díli de apoio à cimeira degeneraria em incidentes entre os seus promotores e simpatizantes da FRETILIN.

Estava lançado o rastilho que conduziria à confrontação entre UDT e FRETILIN no mês de Agosto. Vendo no radicalismo da FRETILIN um perigo para o futuro do território e sentindo-se com o respaldo da Indonésia, a cúpula da UDT desencadearia, no dia 10, um golpe com a finalidade de suprir a fraqueza da administração portuguesa na contenção dos excessos de esquerdismo. Mas o poder da UDT, que viu reforçadas as suas hostes com as adesões do tenente-coronel Magiolo Gouveia e do capitão Lino da Silva, seria efémero. A FRETILIN não se dava por vencida e, reagindo prontamente ao golpe, conseguiria, passados dez dias, controlar os quartéis de Díli. Nenhum espaço de manobra restava à autoridade portuguesa e, no dia 26, com a partida do governador para a ilha de Ataúro, verificava-se a transferência da sede do Governo.

Aqui começava o calvário português. O ministro da Coordenação Interterritorial, Almeida Santos, deslocou-se imediatamente ao Extremo Oriente, numa tentativa desesperada de Lisboa ainda influenciar o processo de descolonização de Timor. O governante português foi recebido em Jacarta com alguma hostilidade pelas instâncias do poder, de tal modo que o tratamento noticioso da imprensa local não deixou de espelhar a má vontade indonésia. A missão de Almeida Santos, que se estendeu à Austrália, seria considerada improdutiva por Camberra. De Jacarta, o embaixador Woolcott transmitia a opinião dos dirigentes locais. «A Indonésia não ficaria surpreendida se Santos propusesse em Lisboa que Portugal entregasse simplesmente o poder à FRETILIN»¹⁵, assinalava aquele diplomata. Mas tinha mais para comunicar. Os indonésios dispunham já de

um plano militar, autorizado por Suharto, para impedir a consolidação da FRETILIN no poder.

Um derradeiro esforço para repor o problema de Timor nos carris seria tentado em Roma, em encontros realizados em 1 e 2 de Novembro entre os chefes da diplomacia de Portugal e Indonésia, Melo Antunes e Adam Malik, respectivamente. Mais uma vez, era patente a incapacidade da parte portuguesa em decifrar o jogo dissimulado dos orientais. A delegação de Lisboa saía da capital italiana crente nos bons propósitos do regime de Suharto; a representação indonésia regressava a Jacarta com a ideia de que os portugueses pouco mais poderiam fazer para restaurar a ordem no território. Logo após as conversações luso-indonésias, Camberra enviava ao embaixador Woolcott uma análise sobre as consequências que daí poderiam advir. Lembrava, nomeadamente, a informação prestada, quinze dias antes, pelo general Benny Murdani, responsável militar indonésio pela questão de Timor, de que os encontros de Roma não afectariam «a continuação da operação no terreno»¹⁶.

A intervenção militar indonésia

De facto, a operação militar já estava em curso. Forças indonésias tinham penetrado, no dia 16 de Outubro de 1975, nas zonas de Balibó e de Maliana e, segundo informação de Tjan à embaixada australiana, o general Murdani estava muito satisfeito com os avanços conseguidos no terreno. Atendendo à fraca resistência oferecida pela FRETILIN, era suposto que tudo se passasse no maior silêncio, de acordo com os intentos de Jacarta. A descoberta de cinco jornalistas australianos em Balibó impedia, contudo, que a actividade indonésia em território timorense pudesse ser ocultada. Por isso, quando soube da sua presença, Murdani dá uma ordem ao comandante Dading Kalbuadi: «Não podemos ter nenhuma testemunha». Pouco tempo depois, os indonésios iniciavam uma acção de bombardeamento de Balibó. Os jornalistas não escapavam ao cerrado fogo de artilharia. Num primeiro comentário enviado para Camberra, a embaixada australiana em Jacarta mostra algum embaraço pelo sucedido: «Este incidente poderá ter sérias

consequências e inflamar a opinião pública australiana se é noticiado que as vítimas australianas são o resultado da intervenção indonésia»¹⁷.

A troca de telegramas entre as duas capitais vai prolongar-se por três semanas, sendo notória a dificuldade das autoridades indonésias em fornecer um cabal esclarecimento do que acontecera em Balibó. Só no dia 12 de Novembro o general Yoga, figura proeminente dos serviços secretos indonésios, reconhecia formalmente junto de diplomatas australianos a morte dos cinco jornalistas. Porém, recusava-se a aceitar a acusação da imprensa australiana, segundo a qual os jornalistas teriam sido mortos pelas tropas indonésias. Atribuiu-a à propaganda da FRETILIN¹⁸. A verdade é que o caso não podia deixar de ter reflexos em certos sectores da vida australiana. Aquele que reage com maior virulência é o do sindicato dos estivadores que recusa qualquer operação em navios e cargueiros indonésios. O efeito de tal boicote far-se-ia sentir nomeadamente nas relações comerciais, uma vez que a Indonésia era o principal destino das exportações australianas.

Apesar de tudo, nada demovia o regime de Suharto de ocupar Timor. A declaração unilateral de independência de Timor-Leste pela FRETILIN, no dia 28 de Novembro, espicazara ainda mais os indonésios no seu propósito de tomar o poder em Díli. O único óbice no momento dizia respeito a uma programada passagem por Jacarta, nos primeiros dias de Dezembro, do presidente norte-americano, Gerald Ford. Mas mal Ford partiu, os militares indonésios deram luz verde à execução do plano de invasão. Na véspera de ser desencadeado, Sinaga, influente adjunto do ministro da Defesa, general Maraden Panggabean, prevenia a embaixada da Austrália de que a situação em Timor iria entrar numa fase decisiva e, desse modo, estava iminente um ataque ao território. Às primeiras horas do dia 7 de Dezembro de 1975 consumava-se a anexação de Timor com o desembarque na capital timorense de tropas indonésias. Ao novo Governo australiano de Malcolm Fraser não restava outra alternativa senão «lamentar profundamente»¹⁹ o rumo que os acontecimentos tinham tomado em Timor-Leste.

Numa análise enviada em 9 de Dezembro para Camberra, o embaixador Richard Woolcott, ainda que consciente das críticas no seu país sobre a

agressão indonésia em Timor, procura acautelar a posição australiana em relação ao futuro. «Não obstante a força das pressões internas contra a Indonésia, a Austrália terá de continuar a viver com a Indonésia e, por isso, não pode perder de vista os seus interesses a longo prazo, assim como os da Indonésia e da região»²⁰, sublinha. Neste pensamento de Woolcott está reflectido o comportamento de Camberra no processo de Timor-Leste. James Dunn, antigo cônsul-geral da Austrália em Díli, escreveu um dia: «Timor-Leste era considerado demasiado pouco importante para permitir perturbar as sensíveis relações com Jacarta»²¹.

Aliás, um episódio contado pelo último governador de Timor, Mário Lemos Pires, é bem elucidativo do cinismo australiano. Alegando a realização de exercícios navais na região, Camberra negava o pedido da corveta *Afonso Cerqueira* para se reabastecer no porto de Darwin. A administração portuguesa do território vivia nessa altura um período muito crítico. Ao transferir-se para a ilha de Ataúro, estava agora dependente da ajuda dos meios navais que Portugal deslocara propositadamente para a área. «Era uma atitude de flagrante má vontade»²², afirmou Lemos Pires sobre a reacção australiana. Aquele vaso de guerra teve de procurar apoio em Macau, o que significou um afastamento de quinze dias da área.

Ficando o destino dos timorenses à mercê do poder discricionário indonésio, tudo o que acontecera em Timor fora, todavia, demasiado grave para que não se apurassem responsabilidades em Portugal. Assim, por despacho de 27 de Julho de 1976 do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas era nomeada uma comissão para, no âmbito militar, analisar e esclarecer o processo de descolonização de Timor. O relatório que resultou do seu trabalho seria apenas publicado em 1981, após forte pressão de certos sectores da opinião pública. Os australianos, por seu lado, só fizeram surgir o esclarecimento da sua controversa actuação em relação a Timor-Leste quando se registou uma reviravolta inimaginável no destino do território. O acesso de Timor à independência obrigava o Governo de Camberra a resgatar a honra da nação australiana antecipando a divulgação de documentos ainda abrangidos pelo prazo do segredo de Estado.

As reacções na Austrália ao *Livro Branco* não pouparam os políticos e diplomatas que estiveram comprometidos no processo de Timor. Hamish McDonald, um dos jornalistas que mais denunciaram, nesse aspecto, o comportamento australiano, falava em «política de traição»²³. Os documentos contidos naquela publicação mostram que a Austrália não só foi informada de tudo pelos indonésios como, pela sua atitude ambígua, com o notório propósito de não aborrecer Jacarta, encorajou-os nos seus planos para ocupar Timor. Agora que estamos perante um tempo completamente novo, Canberra não podia iniciá-lo, sobretudo na relação com Díli, sem esclarecer a sua responsabilidade numa época que deixou marcas profundas.

NOTAS

¹ Australia and the Indonesian Incorporation of Portuguese Timor, 1974-1976. Melbourne: Melbourne University Press, p. 51.

² *Idem*, p. 62.

³ *Idem*, p. 78.

⁴ *Idem*, p. 81.

⁵ *Idem*, p. 97.

⁶ *Idem*, p. 119.

⁷ *Idem*, p. 128.

⁸ *Idem*, p. 135.

⁹ *Idem*, p. 165.

¹⁰ *Idem*, p. 171.

¹¹ *Idem*, p. 189.

¹² *Relatório da Comissão de Análise e Esclarecimento do Processo de Descolonização de Timor*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros, 1981, p. 78.

¹³ *Australia and the Indonesian Incorporation*, p. 230.

¹⁴ *Idem*, p. 265.

¹⁵ *Idem*, p. 392.

¹⁶ *Idem*, p. 544.

¹⁷ *Idem*, p. 484.

¹⁸ *Idem*, p. 564.

¹⁹ *Idem*, p. 605.

²⁰ *Idem*, p. 613.

²¹ DUNN, James, *Timor: A People Betrayed*. Austrália: The Jacaranda Press, 1983, p. 262.

²² PIRES, Mário Lemos, *Descolonização de Timor, Missão Impossível?*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1991, p. 303.

²³ Sydney Morning Herald, 13-9-2000.